

ANE P4

O que esperar 'deles', com a faca e o queijo na mão.

10 OUT 1988 JORNAL DA TARDE

"Traidor da Constituição é traidor da Pátria" afirmou o deputado Ulysses Guimarães no auge do seu entusiasmo ao promulgar a nova Carta Magna brasileira que, em nome da proteção dos interesses dos contribuintes, retira poderes do presidente da República e dá aos membros do Congresso as chaves dos cofres do Tesouro, tudo para o aperfeiçoamento da sistemática de elaboração e implementação do Orçamento da União. De agora em diante, nenhuma despesa poderá ser autorizada sem a correspondente previsão de recursos e o Executivo perderá o poder arbitrário de gastar sem controle e de mandar a conta para a sociedade. Foi este, ao menos nos discursos e na teoria, o objetivo que levou os constituintes a ampliar o poder do Congresso.

Mas o que está acontecendo na prática nestes primeiros dias de vigência da nova Constituição? Não temos e, ao que tudo indica, nunca teremos nada parecido com o discurso e as promessas dos senadores e deputados que redigiram o texto constitucional. É o que se vê, por exemplo, na conspiração dos ávidos governadores para, sob a liderança do dr. Ulysses, eliminar os últimos obstáculos que o ministro Mailson da Nóbrega conseguiu manter erguidos entre a volúpia de gastos da **nomenklatura** e a explosão final da inflação que resultará da satisfação dessa volúpia.

Um dia depois de promulgada a nova Constituição já estava formada a grande frente de governadores, senadores e deputados federais "contra o Palácio do Planalto", dizem eles, mas que, na verdade, é contra os interesses dos contribuintes e a favor das ambições eleitoreiras dos senhores congressistas.

O plano dos governadores de desmontar o restinho da "Operação Desmonte" do ministro Mailson da Nóbrega foi aprovado dia 5, em Belo Horizonte, na reunião dos secretários da Fazenda dos Estados. Na ocasião, foi decidido o envio de documentos ao Congresso propondo a elevação de 75 para 90% do limite de rolagem das dívidas estaduais a vencer em 1989 e de 75 para 100% do limite de rolagem das dívidas já vencidas. Isso significa que os governadores não querem pagar nenhum centavo além dos 10% das obrigações a vencer em 1989.

Segundo cálculos dos técnicos responsáveis pela elaboração do Orçamento da União para 1989, que prevê o pagamento de 25% das dívidas internas e externas dos Estados, caso os governadores tenham êxito nessa conspiração contra a política econômica dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, haverá necessidade de cortar outros gastos ou então de criar novos impostos e aumentar a emissão de títulos pelo Tesouro. Apenas a redução de 25 para 10% do total dos pagamentos da dívida externa dos Estados, com aval da União, representará um déficit adicional de Cz\$ 243 bilhões.

E para demonstrar que os governadores estão dispostos a ir até o fim nesta luta para preservar a sua capacidade de gastar em 1989, o governador da Bahia, Waldir Pires, já afirmou bem alto que a regra que obriga os Estados a pagar 25% de seus débitos "é impossível de ser cumprida", acrescentando que é preciso haver uma negociação e não uma imposição. "A matéria pode gerar um grande conflito, se não for negociada", ameaçou, sem, é óbvio, acrescentar a contrapartida: a matéria pode gerar uma inflação insuportável se for

negociada... É lógico que o sr. Pires e outros integrantes da turma da ganância, como o governador Orestes e seu rotundo colega de Minas Gerais, entre outros, não estão ligando a mínima para a situação deplorável das finanças da União e muito menos para a explosão inflacionária, isto é, hiperinflacionária, que certamente virá se eles tiverem êxito em seu intento de destruir o que restou da fracassada "Operação Desmonte".

Na opinião desses sátrapas do dr. Ulysses, aspirante, agora, à maior Presidência de sua carreira de multipresidente, nada deve ser colocado entre eles e suas formidáveis ambições políticas. A economia, o povo, os compromissos externos do País e a nossa imagem perante a comunidade internacional, nada disso importa para esses políticos provincianos que jamais conseguirão dar o salto para a condição de estadistas.

E o mais grave é que, agora, depois de promulgada a Constituição, eles têm em suas mãos as condições institucionais para, junto com seus aliados congressistas, dilapidar o que resta dos recursos da União. Naturalmente, nessa sua sinistra empreitada, podem contar com o apoio do candidato a candidato Ulysses Guimarães e com a debilidade da posição dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, que é mera consequência da subordinação do Executivo ao que pode ser considerado governo do Congresso, onde o verdadeiro poder será exercido por meio de conchavos políticos e não nos gabinetes do presidente e dos ministros de Estado.

Não será com um governo loteado entre as diversas facções políticas no Congresso, temos certeza, que a atual inflação de 26 ou 27% ao mês será vencida, principalmente se a força do Congresso, garantida pela Constituição, for utilizada para impedir a racionalização do setor público e o equilíbrio das contas da União.

Lamentavelmente, o que estamos assistindo é mais uma violenta contradição entre os objetivos declarados pelos constituintes e os princípios aprovados na Constituição. Em vez de agir com rigor para fiscalizar o Executivo e contribuir para a elaboração de um orçamento austero para a União em 1989, os membros do Congresso manipulados pelos governadores e com o consentimento do candidato Ulysses Guimarães se preparam para entregar vultosos recursos para a turma da ganância e derrotar todo o esforço de racionalização dos setores mais conscientes do governo federal.

Aí está o primeiro e claríssimo sinal do que realmente pretendem fazer aqueles que querem "mudar o Brasil", agora que têm a faca e o queijo na mão.